ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALE DE CAMBRA

DE 17 DE JULHO DE 2024

N.º 5/2024/AM

LOCAL: Salão Nobre dos Paços do Concelho; ----------

HORA: Sessão agendada para as 18 horas de 17 de julho de 2024;----------

Mesa (CDS/PP):

O Presidente da Assembleia Municipal: Manuel Miguel Pinheiro Paiva;----------

1º Secretário: Jorge Manuel Santos Silva;----------

2ª Secretária: Ausente. Ao abrigo do número 3 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia Municipal, a Mesa da Assembleia funcionou com a maioria, no caso, dois elementos, não sendo, assim, este lugar ocupado. ----------

Membros eleitos pelo CDS/PP:

- José António Abrantes Soares de Almeida;----------
- Simão Pedro Nogueira da Silva Dias;----------
- Sónia Isabel Vide Almeida Rodrigues Sá;----------
- José Augusto Tavares Ferreira;----------
- Paula Cristina Soares de Oliveira Pedro;----------
- Ricardo Jorge da Costa Oliveira em suplência de Daniel Alexandre Martins Gonçalves; ----------
- Manuel Domingos Fernandes de Almeida;----------
- Alexandra Pinho;----------
- Francisco Jorge Rodrigues de Sousa; ----------

Membros eleitos pelo PS

- Ana Raquel Tavares Pinheiro;----------
- José Hermínio Tavares Fernandes;----------

Membros eleitos pelo PSD

- João Paulo Carvalho da Silva;----------

- Rosária de Fátima Leite Tavares;----------

- Ana Rita Fernandes Martins;----------

- Daniel Alexandre Martins Barbosa;----------

Presidentes das Juntas de Freguesia (CDS/PP)

- Henrique Martins Pereira, Junqueira;----------

- António Luís Martins da Costa, Rôge;----------

- Sérgio Miguel Santos Soares, São Pedro de Castelões;----------

- Manuel Correia de Campos, União das Freguesias Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho;----------

Presidente da Junta de Freguesia (PS)----------

- Víctor de Sousa Tavares, JF de Macieira de Cambra;----------

AUSÊNCIAS:----------

- Rita Alexandra Alves Casal;----------

- José do Nascimento Peres;----------

- Jorge Tiago Rodrigues Leite de Pinho;----------

- Diana Martins Abrantes Leite;----------

- Arménio Tavares Lige, J.F. Arões;----------

- Nelson Fernandes de Almeida, J.F. Cepelos;----------

Nos termos do disposto no artigo 48.º da Lei 169/99 de 18 de setembro, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, estiveram presentes em representação da Câmara Municipal:----------

- o Presidente da Câmara Municipal, José Alberto F.Soares Pinheiro e Silva;

- os vereadores:----------

- António Alberto Almeida de Matos Gomes;----------

- José Alexandre Coutinho de Bastos Pinho;----------

- André Agostinho Martins da Silva;----------

- Tiago Correia Fernandes;----------

- Frederico da Costa Martins.----------

A sessão foi convocada com a seguinte ordem de trabalhos: ----------

- PERÍODO DA ORDEM DO DIA: ----------

1. Apresentação da Proposta da 2ª Revisão do Plano Diretor Municipal – PDM;

2. Proposta de prorrogação do período de discussão pública do Plano Diretor Municipal – PDM. ----------

- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO de harmonia com o número 1 do artigo 49.º, do anexo I, da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e suas alterações. ----------

- APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA DA SESSÃO: Aprovação do texto e respetivas minutas. ----------

Pelas 18 horas e 14 minutos, verificando-se a existência de quórum, dada a presença de 22 deputados municipais, **o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e Presidente da Mesa, Manuel Miguel Pinheiro Paiva**, cumprimentou os presentes e **declarou aberta a sessão. ----------**

Cumprimentou todos os presentes e comunicou a ausência dos deputados municipais: ----------

- Rita Alexandra Alves Casal, por motivos profissionais (mensagem recebida em 12/07/2024 – 11:32h); ----------
- José do Nascimento Peres, por comunicação verbal; ----------
- Daniel Alexandre Martins Gonçalves, por motivos profissionais (mensagem recebida em 11/07/2024 – 23:25h), **substituído a seu pedido** por Ricardo Jorge da Costa Oliveira, conforme artigo 54.º do Regimento da Assembleia Municipal. ----------
- Jorge Tiago Rodrigues Leite de Pinho (mensagem recebida em 12/07/2024 15:01h); ----------
- Diana Martins Abrantes Leite, por imponderável de última hora (mensagem recebida em 12/07/2024 – 18:59h); ----------
- Arménio Tavares Lige, por comunicação verbal;----------

- Nelson Fernandes Almeida, por razões de última hora (mensagem recebida em 17/07/2024 – 17:37h); ----------

A ausência foi comunicada por escrito, nos termos do n.º 2 do artigo 54.º do Regimento da Assembleia Municipal.----------

Foi pedida a justificação da ausência na sessão, por escrito e dentro do prazo dos 5 dias seguintes, pelos deputados municipais, José do Nascimento Peres e Arménio Tavares Lige, tendo sido justificadas todas as ausências pela Mesa que presidiu à sessão.----------

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu início à Ordem do Dia, com a presença de vinte e dois deputados municipais (17 diretamente eleitos + 5 por inerência da função de Presidente nas Juntas de Freguesia): ----------

PERÍODO DA ORDEM DO DIA: ----------

1. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DA 2ª REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL – PDM: ----------

A apresentação foi feita pela Equipa da Divisão de Planeamento, Ordenamento e Gestão Urbana, constituída pelo seu chefe, Armando Ribeiro e pelos técnicos superiores, Ana Catarina Ferreira Pinheiro, Catarina Oliveira Freitas e Isabel Costa Bastos. ----------

O Sr. Presidente da Mesa agradeceu a todas as pessoas que se deslocaram ao Salão Nobre dos Paços do Concelho para assistir à sessão extraordinária da Assembleia Municipal, pedindo desculpa pelo espaço que se mostrou insuficiente para acolher devidamente todos quantos quiseram marcar presença na sessão.---

Referiu ainda que, foi publicada em Diário da República uma retificação ao prazo relativo ao período discussão pública, conforme a lei determina, sendo ainda possível, naquela data, apresentar contributos à revisão em curso. ----------

Mais informou, que a Mesa, após consulta feita aos líderes das bancadas e por esta ser uma sessão de esclarecimento, procurou agilizar o mais possível os trabalhos da sessão, decidindo que as dúvidas dos deputados municipais são

colocadas no seguimento da apresentação técnica, pedindo a todos que o façam de forma o mais organizada possível, sem a necessidade de fazer inscrição para o uso da palavra. ----------

Sobre a intervenção do público, por não fazer sentido que esta fique para o final da sessão conforme previsto no Regimento, será possibilitado o uso da palavra após a apresentação, procurando-se, acima de tudo, que todos fiquem informados e esclarecidos.----------

Em linhas gerais, a apresentação versa sobre os grandes itens orientadores do PDM revisto, seguida de uma fase mais pormenorizada de análise e discussão do mesmo. ----------

O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Pinheiro, que saudou todos os presentes. ----------

Referiu que o Plano se encontrava em discussão pública desde o fim de maio, e que, nesta fase de discussão pública, a Câmara Municipal fez a apresentação da proposta em todas as freguesias, esteve sempre disponível e em permanência para receber contributos dos munícipes, além da realização de várias sessões com vários órgãos presentes, nomeadamente a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, a Universidade de Aveiro, com Associações Culturais e Desportivas, de Solidariedade Social, inquéritos às empresas no sentido de que este PDM, reunisse o maior número de contributos. ----------

Disse ser muito importante, este PDM, para o concelho e para os munícipes e empresários que que aguardam a sua aprovação. Vale de Cambra é um concelho exportador, que pretende gerar investimento no emprego, na construção e na habitação, valorizando o empreendimento. ----------

Referiu que a apresentação será técnica, agradecendo à Equipa pelo excelente trabalho, trabalho dedicado, trabalho longo, que teve o envolvimento de muita gente. Ao contrário do que muitas vezes se pensa, a Câmara Municipal não é a

única responsável pela revisão do PDM, por ser este um trabalho supervisionado por cerca de 22 entidades em várias áreas, com as quais nem sempre se consegue concertar tudo aquilo que são as vontades do executivo, prevalecendo muitas vezes a vontade das entidades em relação a determinadas áreas. ----------

Com a presente sessão, fica concluído o ciclo vastíssimo de apresentações, este último perante os senhores deputados municipais e os munícipes presentes. -------

Na certeza de que todas as questões, colocadas à Equipa da Revisão do Plano Diretor Municipal, serão respondidas, deu a palavra ao chefe da Divisão e da Equipa, Armando Ribeiro, para proceder à apresentação e esclarecimentos técnicos pedidos. ----------

No uso da palavra, o chefe da DPOGU, Dr. Armando Ribeiro, começou por cumprimentar os presentes.----------

Seguindo a apresentação em power point, contextualizou o início da revisão do Plano Diretor Municipal e o respetivo desenvolvimento do processo, referindo que, a par desta revisão do PDM, se encontra também em discussão pública, a Avaliação Ambiental Estratégica, trabalho adjudicado a uma empresa, que tem por base o cumprimento de todos os requisitos ambientais e legais, da qual resultará a Declaração Ambiental.----------

O processo participativo decorreu também por requerimento e por e-mail, nomeadamente, enquanto perduraram as limitações da pandemia Covid 2019, tendo-se registado na globalidade, 214 participações. ----------

Além da vigência do Plano Diretor Municipal do anterior PDM, em vigor desde 2008, as alterações devem-se ao novo quadro legislativo (DL 80/2015, de 14 de maio, DR 15/2015, de 19 de agosto e Portaria 277/2015, de 10 de setembro) que modificou e eliminou conceitos, como "área a urbanizar" que deixa de existir, criando diferenciação entre Solo Urbano (infraestruturado) e Solo Rústico (aglomerados Urbanos). ----------

O Executivo Municipal definiu os **objetivos estratégicos,** um **modelo organização territorial** e um **plano de ação** para poder executar as propostas que apresenta. ----------

Apresentou o Modelo de Organização Territorial que integra o sistema urbano, unidades Territoriais (áreas com características semelhantes), Rede conetividade e Polos e Projetos de Desenvolvimento, sendo este um Instrumento Municipal de Planeamento e Ordenamento Territorial em matéria de Habitação, a articular no quadro do PDM (nova Lei de Bases da Habitação); ----------

Disse que este modelo de urbanização só é possível após uma análise complementar, que passa pelo conhecimento das unidades territoriais, dos eixos viários, dos fluxos mais usados, quais os corredores a priorizar, estando tudo relacionado com o modelo da organização; tem em conta as redes ecológicas porque existem alguns corredores que devem ser salvaguardados, nomeadamente, a Serra da Freita e a Rede Natura 2000 e, com base neste conhecimento, selecionar os polos de desenvolvimento e projetos de desenvolvimento estratégicos. ----------

O Plano é composto por dois grupos de elementos, tendo o 1º grupo, os elementos que o constituem, um deles é o Regulamento e o 2º grupo, os elementos que o acompanham, como é o caso do Relatório, que permite um conhecimento de uma forma cuidada as questões do Plano Diretor Municipal. -----

A proposta de Ordenamento é constituída por 3 Cartas, sendo identificados nesta, os diferentes tipos de solo, havendo atualmente, os designados Aglomerados Rurais, que são compostos por solo rústico onde há a possibilidade de construir desde que se arranjem soluções adequadas, embora não seja possível fazer destaques de parcelas nem operações de loteamento. ----------

Decorria a explicação técnica, quando o deputado municipal João Carvalho da Silva pediu um esclarecimento sobre o que o que é que um cidadão tem de

fazer, se quiser construir num aglomerado rural ou terreno classificado de baixa densidade populacional. Só por esse facto este irá ter uma série de constrangimentos, disse, como a despesa a nível de infraestruturas, mas, tendo aí o seu terreno, no interior, onde se pretende combater de forma concreta e objetiva a desertificação de grande parte desse território, pretende saber se o terreno pode ser dividido em dois lotes ou, pode ser feita a divisão através de um loteamento. ----------

O Sr. Dr. Armando Ribeiro esclareceu que o destaque de parcela só é possível se for em solo urbano, de acordo com as condicionantes da legislação em vigor, nada influenciando o PDM na questão. Num aglomerado rural não pode ser feito destaque de parcela nem loteamento. No solo urbano existem infraestruturas enquanto que nas zonas rurais, pode-se programar a realização de infraestruturas para que se possa construir, mas para isso, tem de haver um projeto para o abastecimento de água e saneamento, solução que implica custos para o promotor. Mais esclareceu que, somente se a Câmara Municipal não tiver capacidade, pode um particular interessado e com capacidade imediata de construir, substituir-se à Câmara Municipal na realização dessas infraestruturas.---

Prestado o esclarecimento, deu-se continuidade à apresentação. ----------

Sobre as UOPG – Unidades Operativas de Planeamento e Gestão, foram criadas 14, sendo 10 afetas à indústria e permitem a classificação de solo rústico como solo urbano e 4 são afetas à iniciativa privada, pelo que são estes que têm de proceder à execução das infraestruturas num prazo de 6 anos. ----------

Pede o deputado municipal João Carvalho da Silva mais um esclarecimento sobre as UOPG destinadas à indústria e, alertando para o que são os objetivos básicos da Câmara Municipal, com grandes preocupações ambientais, grandes preocupações de fixação de pessoas, grandes preocupações com habitação, perguntou em que se baseou para colocar neste PDM, as UOPG 7, 8 e 13. ---------

Respondendo, o Sr. Dr. Armando Ribeiro disse que na fase de discussão pública preventiva houve participações de alguns munícipes que indicaram precisamente duas dessas áreas, sendo essa a razão destas terem sido aí criadas. Outra razão prende-se com o aspeto económico, por estarem perto de grandes eixos viários que servem de escoamento à indústria, tendo-se sobretudo tido em conta a auscultação da população da zona onde estão previstas as UOPG. ----------

Voltando a usar a palavra, o deputado municipal João Carvalho da Silva colocou em causa a existência de uma grande zona ecológica, um leito de rio e dois aglomerados populacionais junto à UOPG 7 e, na 8, vê um grande aglomerado com grande limitação de construção pelo privado, situando-se a mesma encostada a uma zona populacional, referindo-se aos lugares do Barreiro e de Teamonde. ----------

Respondendo, foi esclarecido que o aspeto económico contou muito para a definição dessas zonas como industriais, a cuja mancha ficará associada a respetiva via, esperando-se no próximo programa comunitário, a abertura de candidaturas a financiamentos destinados a redes viárias, para as executar, porque no Quadro Comunitário 20 30 não são privilegiadas. ----------

Continuando a apresentação, pede o uso da palavra, o deputado municipal José Soares de Almeida e pergunta se foi feita alguma projeção previsional da população, a médio prazo, que servisse de pressuposto para a elaboração deste plano, nomeadamente a nível das infraestruturas, ou se, ao contrário a população é que teria de se ajustar ao Plano. ----------

Respondendo, o Sr. Dr. Armando Ribeiro disse ter sido feito o trabalho que culminou na análise SWOT, e, nas projeções demográficas não há crescimento. Já fizeram essa apresentação numa sessão da Assembleia Municipal, mais ou menos a meio deste processo de revisão, com a caracterização desses dados de forma detalhada. Quanto às projeções e propostas foram sempre tidas em conta

as necessidades da população de acordo com os dados de cada Junta de Freguesia. ----------

Concordou que, ao criarem áreas industrializáveis, iria haver mais afluência de pessoas, acrescentando que a criação de novas áreas industriais constitui um dos eixos e um dos pilares da estratégia defendida nesta revisão, e, considerando que Vale de Cambra deve a sua riqueza à dinâmica industrial, procurou-se dar continuidade a essa vertente para que os industriais se possam estabelecer, apesar da dificuldade em arranjar plataformas para instalar grandes unidades industriais. ----------

No uso da palavra, a deputada municipal Rosária Leite Martins perguntou se há alguma área prevista neste PDM e se, caso haja, qual é a área que privilegia a construção de habitação a custos controlados, de forma a regular os preços da habitação e ao mesmo tempo, contribuir para a fixação de jovens no concelho. ----

Respondendo, o Sr. Dr. Armando Ribeiro disse ser um trabalho fundamental que está a ser feito por uma empresa e constará na Carta Municipal de Habitação. Disse estarem já definidas, neste PDM, algumas áreas sinalizadas para a construção de habitação a custos controlados, como a disponibilizada na zona do Búzio, além de cerca de mil e quinhentos a mil e setecentos metros quadrados junto às instalações da GNR, em Ramilos. ----------

- João Carvalho da Silva pediu que lhe confirmasse se os 26,4% de área destinada a indústria é referente à iniciativa pública, t**endo sido esclarecido pelo Dr. Armando Ribeiro,** que as UOPG de iniciativa privada não entram nesta percentagem, correspondendo a percentagem somente ao investimento do município em zonas industriais. ----------

Continuando, perguntou ainda, face ao que leu, se a área programada para a ZI do Rossio seria para uma incubadora de empresas, t**endo-lhe sido**

respondido que já esteve programada para o efeito, não o estando neste momento. ----------

Continuando, o Sr.Dr. Armando Ribeiro disse terem um plano de financiamento com a identificação de todas as ações, a respetiva programação de investimentos que ficou para consulta nas Juntas de Freguesia e ainda um quadro resumo com estimativas por tipologia de intervenção e por setores (Estruturação Urbana, Turismo, Equipamentos, Infraestruturas). ----------

Finalizando, disse terem terminado a apresentação da Segunda Revisão do PDM, com as ações com incidência municipal, informando o Sr. Presidente da Mesa de que as ações de incidência local, já tinham sido apresentadas aquando das sessões de esclarecimento realizadas nas Juntas de Freguesia. Contudo deixa a sua apresentação, à consideração do Sr. Presidente. ----------

Sr. Presidente da Mesa respondeu que seriam apresentadas as ações de incidência local se houvesse alguma questão pertinente colocada pelos deputados municipais. ----------

Agradeceu à Equipa da Revisão do PDM, a apresentação feita e, organizando os momentos de intervenção, disse que daria a palavra aos deputados municipais e ao público presente de forma intercalada, se todos concordassem. ----------

Dando continuidade ao debate, deu a palavra aos deputados municipais, que se dirigiram ao púlpito, para a respetiva intervenção sobre o assunto: ---

- Victor Tavares, cumprimentou os presentes. ----------

Considera que a classificação do Lugar de Perrinho como Reserva Agrícola Nacional – RAN, proposta na Revisão, será prejudicial ao desenvolvimento da zona e ao combate à desertificação, tendo em conta que aquele um lugar tem alguma dimensão, tem uma população jovem e deveria ser considerado como Aglomerado Rural. ----------

Apesar de elaborada, esta revisão, segundo as diretrizes do governo central e CCDRN, esta traduz-se numa proposta economicista para o estado e para as autarquias, transferindo o ónus do desenvolvimento local para os particulares, principalmente as pessoas que querem construir nas suas aldeias e lugares de origem, sendo na sua globalidade, uma proposta lesiva para a freguesia de Macieira de Cambra e para o concelho de Vale de Cambra, por não defender os interesses das suas populações. ----------

Sobre as obras previstas para a freguesia de Macieira de Cambra, disse concordar com a ampliação ou requalificação das zonas industriais, mas não concordar com a classificação dos Aglomerados Rurais e consequente diminuição das áreas urbanizáveis nas aldeias e lugares da freguesia, com um aumento na zona central para equiparar a percentagem urbanizável. ----------

Disse não perceber o enorme aumento de área agrícola, quando neste momento os campos estão abandonados e cobertos de silvas e se tenta combater a desertificação, parecendo-lhe haver um contrassenso, incentivando esta revisão, disse, a *"morte do tecido rural, a desertificação e o abandono das aldeias"*, com todas as consequências daí resultantes, pois serão muitos, aqueles que possuem terrenos e, não podendo nestes construir, comprarão noutros locais, deixando as suas propriedades a monte, o que prejudica o município, também a nível económico. ----------

Concluindo, solicita que Câmara Municipal, em conjunto com todas as entidades parceiras na elaboração desta proposta, façam uma reavaliação desta revisão, dado a mesma ser lesiva para este concelho rural. ----------

- Ana Rita Martins, cumprimentou os presentes. ----------

Fez alguns comentários no âmbito da organização dos trabalhos da sessão, começando por lamentar o facto de, esta ser uma sessão tão importante e, não estar a ser transmitida online; depois, quis deixar um agradecimento público à

técnica Catarina Freitas, por ter sido atendida em horário pós-laboral, onde pôde ouvir de forma calma e detalhada, as respostas à suas dúvidas sobre o PDM; por último, fez uma intervenção da qual resumidamente se dá nota.----------

Dirigindo-se à Mesa da Assembleia Municipal e restantes membros, ao Executivo Municipal, disse querer realçar que o PPD/PSD de Vale de Cambra comemorava naquele mesmo dia, os seus 50 anos de existência, "agradecendo" terem agendado uma Assembleia Municipal extraordinária exatamente para este dia, pois para si, será certamente esta, a melhor forma de celebrar 50 anos dos ideais de sempre, celebrar todos os autarcas PSD que tanto fizeram por vale de Cambra e celebrar a democracia de cinquenta anos ao dispor dos valecambrenses. Fez votos para que no dia em que o CDS/PP fizer cinquenta anos, este seja comemorado da mesma forma. ----------

Prestou homenagem a todos os Homens e Mulheres que serviram Portugal durante estes anos, que cumpriram funções investidos pelo voto democrata, agradecendo a todos pela sua entrega. ----------

Sobre o PDM, disse que o documento foi apreciado pela primeira vez a 14 de maio de 2024, na reunião da Câmara Municipal onde o vereador do PPD/PSD, Aníbal Vide, alertou para o escasso tempo de apreciação da respetiva documentação, por parte da oposição. Frisou que as apresentações realizadas pelas Juntas de Freguesia, se limitarem a ser apresentações com maior ou menor eficácia da comunicação e não uma discussão, apesar de muitos valecambrenses terem acorrido a essas sessões para serem esclarecidos e aconselhados.----------

Da análise que fez, sob a perspetiva da forma, disse que este processo se iniciou em 2018 e passaram-se seis anos desde então, estando-se agora nos procedimentos finais para proceder à sua aprovação, facto que diz muito da gestão CDS/PP, ou seja, que este nunca foi uma prioridade para o executivo, o que lamenta. Sob a perspetiva do conteúdo, acha que este Plano não prevê o

crescimento, mas sim o despovoamento do interior e retrocesso no desenvolvimento regional estratégico. Os empresários querem desenvolvimento, mas não querem sair do local onde se encontram, pois, um dos problemas que enfrentam é a mobilidade dos funcionários, relembrando a questão da inoperância das redes de autocarros que não respondem às necessidades reais da comunidade. ----------

Reitera que a posição do PPD/PSD sobre este PDM, é de que ele é redutor na expansão do potencial de crescimento futuro de Vale de Cambra, condenando o concelho à estagnação, merecendo este muito mais, o que poderia ter acontecido se tivesse tido um melhor acompanhamento, nomeadamente por parte do Sr. Presidente da Câmara Municipal, se tivessem sido ouvidas todas as forças políticas do concelho, além dos valecambrenses que poderiam ter tido participação na construção deste documento que é fulcral para o crescimento do concelho. ----------

Sobre o tempo decorrido para a sua elaboração e o resultado apresentado, disse não corresponder ao que se esperava em termos de qualidade, sendo a sua posição sustentada pelo PPD/PSD, a da abstenção. ----------

O Sr. Presidente da Mesa, em nome da Mesa, felicitou o Partido Social Democrata pela comemoração dos 50 anos de serviço à comunidade, esclarecendo que, ao marcar a data para a realização da sessão extraordinária, ignorava esse facto, não tendo tido qualquer intenção de prejudicar as comemorações, como insinuou a deputada municipal. Disse ainda assumir a responsabilidade pela não transmissão da sessão *online*, por esta ser uma sessão de esclarecimentos e não a votação para aprovação do Plano Diretor Municipal, parecendo-lhe não fazer sentido a sua transmissão. ----------

O Sr. Presidente da Mesa deu novamente a palavra aos deputados municipais: ----------

- João Carvalho da Silva, cumprimentou os presentes. ----------

Começou por mencionar que era uma honra falar para uma sala cheia, com tantas pessoas da sociedade civil, agradecendo e parabenizando-os pela sua presença. ----------

Disse ser muito importante aos deputados municipais, ter a liberdade de poderem comentar as propostas e as razões que as pessoas de Vale de Cambra defendem para o seu território, sabendo que isso não iria acontecer, pois acontecia a explanação sem que pudessem ser feitos quaisquer *inputs*, os quais considerava importantes para o pluralismo e para a democracia. ----------

Disse ter sugerido ao Sr. Presidente da Mesa, que desse a palavra primeiro ao público presente para que pudessem regressar rapidamente às suas casas com o máximo de esclarecimento possível, contudo iria já usar da palavra para tecer algumas considerações. ----------

O Plano Diretor Municipal é para si, algo com muito significado, porque tal como disse um amigo de família, a primeira grande preocupação de uma Câmara Municipal deve ser, garantir a qualidade de vida das pessoas, não sendo isso nada claro neste PDM. ----------

Vai dar-se a possibilidade ao privado de fazer o crescimento industrial, ficando somente para a iniciativa pública 27%, considerando isso pouco ambicioso, tendo receio pela criação de duas UOPG em áreas importantes e que "mexem" com a vida das pessoas, porque se situam no meio de dois aglomerados populacionais.

Disse ser contra a construção de uma empresa no meio de aglomerados populacionais; ser contra a criação de zonas industriais junto a um leito de um dos ribeiros mais limpos do município e uma das maiores zonas ecológicas da parte de baixo do concelho. ----------

Relativamente à UOPG n.º 13, disse ser contra porque, se o município diz que a sua grande preocupação é o ambiente, a descarbonização dos aglomerados

populacionais e a qualidade de vida das pessoas, de forma alguma o defende no que está a propor. Quanto à estratégia local para a habitação, que deveria ser em grande, diz que cerca de dois mil metros quadrados para habitação é muito pouco para fixar jovens no município. Aposta-se na indústria para atrair investimento, para atrair pessoas e depois há uma estratégia para habitação a custos controlados, de pouco mais de mil e quinhentos metros quadrados. As 7 e 8, seriam áreas importantes para a construção habitacional a custos controlados porque já contemplam dois aglomerados importantes à entrada de Vale de Cambra, referindo que valia a pena pensar na questão. Perguntou se estas UOPG, as 7, 8 e 13 iriam ficar neste PDM, querendo uma resposta de sim ou não. Sobre o tema indústria, disse que se quer apostar na mesma, mas, sendo Vale de Cambra o berço dos laticínios, a capital do aço inoxidável, se perdeu uma incubadora de empresas para Escariz, um polo industrial com um potencial brutal, não tendo Vale de Cambra nem a ideia de um dia poder vir a ter uma incubadora de empresas que estimule uma indústria mais atrativa e que possa colocar jovens qualificados em empresas diferentes daquelas que já existem, para desenvolver os seus projetos. Da mesma forma, disse que em Vale de Cambra também não foi implementado o ensino superior, prometido há onze anos, promessa que renova todos os anos, o que seria um mecanismo importantíssimo de fixação de jovens. Daí só pode concluir, não haver uma estratégia clara para a educação e para a fixação dos jovens no nosso território. ----------

Disse ter ido para o interior, onde no esclarecimento feito na apresentação do PDM, ouve que existem duas tipologias de solo e, sendo tudo verde, disse ter percebido duas coisas: uma, que será muito mais difícil para um pai, que lutou toda a vida para comprar um terreno, dividi-lo para dar a dois filhos e outra coisa, que será também uma barreira, a criação das chamadas condicionantes relativamente ao que existe de básico para a construção de uma casa, como a

existência de água e saneamento, sendo dado ao privado, a responsabilidade de fazer essas infraestruturas sem que o município tenha que se intrometer, o que vai contra o que, desde 1975, é o papel do município, ou seja, este tem de prestar estes serviços mínimos à população, água potável e saneamento básico, base de um concelho que se preocupa com o ambiente e com as pessoas. ----------

Observando o PDM na sua globalidade, disse ser este, um PDM "pequenino e curto", entristecendo-o o facto de não ser este executivo no próximo mandato, nomeadamente o Presidente da Câmara Municipal, achando que este documento merecia um melhor contributo, com mais propostas da população para estar realmente completo, apelidando de desleal, o ato de apresentar o PDM à população a um dia do fim do prazo para a entrega de contributos, para as pessoas dizerem o que pretendem realizar nos seus terrenos, devendo ser dado mais tempo para que todas possam ficar devidamente esclarecidas e tenham a possibilidade de exercer o direito de reclamar. ----------

O Sr. Presidente da Mesa informou, no seguimento do referido pelo deputado municipal, que no anterior mandato, a Assembleia Municipal realizou duas sessões de apresentação do PDM, tendo sido dada a possibilidade de apresentarem sugestões e contribuições, sendo este um trabalho que se tem vindo a executar. ----------

Deu continuidade às intervenções, de acordo com as inscrições na Mesa. ---

- Sérgio Miguel Soares cumprimentou os presentes. ----------

Disse já ter demonstrado o seu desagrado pelo documento do PDM agora em revisão, apesar deste evidenciar o verde, o verde que é esperança, mas que em nada é o ideal e desejável para a freguesia da qual é Presidente. ----------

Falou que foram retiradas ruas nesta revisão do PDM, considerando-as um fator de desenvolvimento do território, tanto que procedera recentemente a um alargamento das curvas de uma rua em Paredes, que vai beneficiar, não só os

habitantes de Castelões, como também os de Arões e Junqueira, verificando que nesta proposta se perderam ruas. ----------

Dessa forma lamenta que, para uma freguesia como é S. Pedro de Castelões, com a população que tem, com o desenvolvimento que tem e com o potencial de industriais que existem nesta freguesia tal como a nível concelhio, que estes não tenham dado o seu parecer, pois são eles que dão de "comer" a tanta gente desta e da dos concelhos vizinhos. Acrescentou que lhe deveriam ser dadas melhores condições para ampliar as suas indústrias, como muitos estão a desejar com a aprovação deste PDM, sendo-lhes inclusive aprovado em Assembleia Municipal, o respetivo interesse estratégico para efetivarem essas ampliações. ----------

Achou que se estaria a perder a identidade pelo facto de terem sido vinte e duas entidades que mandaram no que era permitido ou não fazer no território de Vale de Cambra, território com valores, com essência, pessoas com alguma idade, que batalharam para formar os seus filhos, que agora, não tendo as condições para se desenvolverem, tiveram de abandonar o seu concelho, como muitos emigrantes o fizeram, dando um bem-haja aos que voltaram e investiram em Vale de Cambra, construindo, tal como muitos outros investidores valecambrenses que criam riqueza no nosso território. ----------

Defende a freguesia de S. Pedro de Castelões e os seus habitantes que deviam ter sido mais esclarecidos, concordando que seja aprovada a prorrogação do prazo de discussão pública, dando a oportunidade aos emigrantes que chegam para gozar as suas férias em agosto, para que estes não sejam surpreendidos um dia, vendo os seus terrenos destinados à agricultura. ----------

Sobre o aumento da área agrícola e florestal, perguntou se a Câmara Municipal tinha alguma proposta para criar um gabinete de apoio à agricultura que incentive os jovens e até mesmo reformados que queiram cultivar a terra, porque cada vez mais, existem terrenos abandonados e cheios de silvas que invadem também as

vias públicas que a Junta de Freguesia tem de limpar, nem sabendo como o fazer, dado o seu enorme número de ocorrências, contribuindo este PDM para isso. ----------

Sobre a floresta, surgem cada vez mais problemas relacionados com incêndios, com os sobrantes do abate feito pelos madeireiros, considerando não ser só classificar o solo em rústico e urbano, apesar de ter de ser, mas tem de se ter em atenção que as populações têm de crescer e não é só na zona central, não podendo ficar esquecidos os demais lugares. Sobre os aglomerados rurais, referiu ver um problema que se relaciona com a impossibilidade de fazer um destaque de parcela, nem, possivelmente, criar uma propriedade horizontal para minimizar o facto de não se poder fazer o destaque de parcela. ----------

Estando o tempo de discussão pública a um dia do fim, perguntou se valeria a pena reclamar neste curto espaço de tempo, acreditando que não, e que posteriormente as pessoas iriam ser surpreendidas e, tudo, por falta de comunicação. ----------

Disse ter solicitado à Câmara Municipal, em 2020, que lhe dessem o PDM atual e a revisão que se estava a desenvolver, tendo como resposta, conforme prova o ofício então recebido, que poderia reunir com a Equipa responsável pela revisão e que só teria a revisão do PDM quando esta fosse aprovada, só que aí, disse, já não valia a pena. ----------

Disse ter avisado os proprietários dos terrenos de S. Pedro de Castelões através de um carro com altifalante que percorreu a freguesia, para todos comparecerem à apresentação do PDM e pudessem ver como ficou classificado o seu solo, lutando sempre em defesa da sua Freguesia. ----------

- Ana Raquel Pinheiro, cumprimentou os presentes. ----------

Disse ser com grande sentido de responsabilidade que a sua bancada se apresenta nesta Assembleia Municipal, para discutir um tema vital para o

desenvolvimento e ordenamento do território, o Plano Diretor Municipal, o documento estratégico que deve ser a bússola que orienta a gestão do território em Vale de Cambra, seguindo diretrizes e princípios que asseguram o crescimento equilibrado, a preservação dos recursos naturais e a melhoria da qualidade dos nossos cidadãos. O PDM é um instrumento fundamental da gestão urbana e territorial, englobando aspetos sociais, o ordenamento do solo, a mobilidade, a habitação, as infraestruturas, o ambiente e o património cultural. ----

A sua elaboração e revisão periódica é uma análise minuciosa das necessidades e potencialidades, bem como, a participação ativa da comunidade, garantindo que todas as decisões tomadas reflitam verdadeiramente os anseios e as expectativas dos cidadãos. ----------

Como oposição, disse estarem comprometidos em assegurar que o PDM de Vale de Cambra responde efetivamente aos eixos estratégicos, como a água e saneamento, floresta e agricultura, rede viária, o turismo, IPSS, demografia e zonas industriais. ----------

O sucesso do PDM depende da colaboração entre as diversas entidades públicas e privadas, assim como a participação ativa dos cidadãos. A sua implementação eficaz é um compromisso coletivo, com os princípios da responsabilidade, transparência e inovação. ----------

Disse ter um conjunto de questões preparadas, mas só as colocará após a intervenção do público e, tal como os colegas da bancada do PSD, lamenta que a sessão não tenha sido transmitida *online*, o que seria muito importante pela discussão em causa e também pelos Valecambrenses emigrantes que assim poderiam assistir e ter mais conhecimento sobre o assunto. ----------

O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, José Pinheiro. ----------

No uso da palavra, disse ser esta, uma apresentação técnica e por isso, às questões colocadas, será dado o devido esclarecimento pela equipa técnica responsável pela revisão do PDM. ----------

Contudo, não pode deixar de responder ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro de Castelões, Sérgio Soares, quanto à afirmação de não lhe ter facultado os documentos da revisão PDM, não lhe ocorrendo esse episódio, estranhando mesmo ter respondido dessa forma, pedindo que lhe faça o enquadramento em que foi feito, porque todas as comunicações desta natureza foram feitas pelo Gabinete afeto à revisão do PDM e não diretamente por si, podendo eventualmente ter subscrito o ofício. Após disponibilizado pelo deputado municipal, o ofício visado, o Sr. Presidente esclareceu que nunca teve intenção de obstaculizar informação a qualquer Presidente de Junta, nomeadamente a relativa ao PDM, com os quais partilhou sempre este tipo de informações tendo estes sido parte ativa em todo o processo. ----------

Sobre a área de construção de habitação a custos controlados, disse que a Câmara Municipal possuía outros terrenos que poderão ser afetos a esse tipo de construção, sendo que, de imediato vai usar uma parte de um terreno com cerca de três mil metros quadrados na Estratégia Local de Habitação, que ainda está numa fase inicial de desenvolvimento. ----------

Sobre a afirmação de ter vinte e duas entidades a mandar nesta revisão do PDM, disse não ser esta uma realidade só de Vale de Cambra, mas do resto do país, onde são muitas as entidades que são consultadas, sendo este um processo bastante complexo porque cada uma superintende áreas que se interligam, tudo sendo supervisionado pelas Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional existentes de Norte a Sul. ----------

Sobre os Aglomerados Rurais, pediu que fosse melhor esclarecida a razão de existir esta designação na atual revisão do PDM dado que a sua existência deriva

de uma imposição legal, sendo importante não pôr o ónus da sua criação na Câmara Municipal, devendo ser muito bem visto onde começa e acaba a responsabilidade do executivo neste documento, que teve de obedecer a critérios legais, tal como muitos outros a nível nacional. ----------

Não considera que este PDM seja um documento sem visão, um documento sem estratégia, que não serve os reais interesses de Vale de Cambra, como foi referido, havendo uma preocupação com a indústria, com a habitação, com as acessibilidades, com o meio ambiente, com o desporto, com o ensino, com a parte social, havendo nesta última um forte apoio, nomeadamente às pessoas mais carenciadas. Existe ainda uma grande transversalidade quanto aos meios de socorro e resposta da proteção civil.----------

Sobre a questão apresentada pelo Presidente da Junta da Freguesia de Macieira de Cambra, quanto às cinco habitações e aos aglomerados rurais, disse que a Câmara teve de ir contra ao que a CCDR propôs, que eram dez habitações por aglomerado, tendo neste caso conseguido o que não aconteceu em muitas outras situações, onde houve a obrigação de respeitar e ceder, apesar de terem lutado e tentado de tudo para ultrapassar certas questões que se relacionam com a nossa realidade territorial. ----------

De seguida deu a palavra ao Dr. Armando Ribeiro. ----------

No uso da palavra, sobre os Aglomerados Rurais, referiu que a CCDRN predispõe que estes deviam ter no mínimo 10 habitações, tendo a Câmara Municipal, não concordando, apresentado a proposta para aglomerados rurais com 5 habitações. Estes aglomerados rurais são considerados solo rústico, mas para se poder construir nestes aglomerados têm de ser realizadas as infraestruturas. ----------

Sendo o PDM, segundo a nova legislação, um processo dinâmico, é possível à Câmara Municipal, quando identificadas expressamente zonas ou locais que

podem ser afetos à construção, fazer essas alterações, apesar de ser um processo demorado. ----------

Sobre as infraestruturas das UOPG da iniciativa privada, comparou o processo ao de um loteamento, onde pode ser um particular a liderar o processo, após ter a posse do terreno. ----------

Disse não concordar com a afirmação de que não houve participação da população no processo, porque foram envolvidos todos os agentes locais, que participaram, tendo havido uma enorme divulgação em todo o concelho, tendo tido todos a possibilidade de se pronunciarem sobre o mesmo. ----------

Respondendo ao que foi proferido sobre a construção de habitação a custos controlados, disse ter referido uma área para habitação social que constará na Carta Municipal de Habitação, mas que o investimento rondaria cerca de sete milhões. ----------

Sobre a incubadora de empresas, tal como já referido, disse ter sido prevista a sua implementação no Rossio, o que não aconteceu, existindo atualmente no Quadro de Investimentos um projeto de implementação no Centro Tecnológico.----

Sobre as propostas apresentadas nas Juntas de Freguesia, disse haver um grande investimento, diria o maior no interior, no saneamento básico, havendo mesmo muitos projetos, os quais terão de constar obrigatoriamente no Plano de Atividades anual da Câmara Municipal. ----------

Esclarecendo o Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Castelões, referiu que os arruamentos têm um custo, tendo a Câmara Municipal de ter meios para o realizar. No Plano Diretor Municipal em vigor, somente 20% dos arruamentos propostos foram executados, pelo que não adianta ter programados arruamentos, se depois estes não vão ser concretizados, pretendendo-se que o atual documento corresponda o mais possível à realidade, ou seja, ao que se pretende realmente fazer. ----------

O Sr. Presidente da Mesa informou que se iria antecipar o PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO, dando a palavra aos munícipes presentes, pela ordem de inscrição: ----------

- Maria Gabriela Silva Pinho, Janardo, S. Pedro de Castelões: ----------

Disse possuir terrenos em Janardo, que no anterior PDM estavam em área de construção, mas, com a presente revisão ao PDM, vão ficar em zona agrícola e zona florestal, pretendendo saber o que fazer em relação à situação destes terrenos em Janardo, que pensa ainda pertencerem ao concelho de Vale de Cambra. ----------

- Maria da Graça Silva Santos Soares, Relvas - Mac.ª de Cambra: ----------

Disse possuir terrenos entre Gainde e Relvas, classificados neste PDM em revisão, em zona florestal, havendo à volta, uma área considerada zona de construção. Por isso, não vai ter a oportunidade de construir nesses terrenos, apelando ao bom senso na análise desta situação, para que estes passem a zona de construção. ----------

- Jorge Manuel de Almeida Martins, Vila Chã, União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho: ----------

Disse ser proprietário, bem como outros familiares, de terrenos à face da EN 224 onde alguns destes são donos de empresas que pretendem, num futuro próximo, apostar no crescimento destas empresas, gerando postos de trabalho e aumentando a competitividade, verificando neste PDM que esses terrenos se encontram classificados para a produção florestal, inviabilizando qualquer pretensão de alargamento das indústrias, pelo que, vem solicitar que esses terrenos sejam classificados como espaço destinado a atividades económicas. ----

- Humberto Soares, Cumieira, Codal - União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho: ----------

Disse ser morador na Travessa da Cumieira, para si considerada uma via pública por ter ligações de água e luz e, há mais de sete anos que pede a sua pavimentação, sem que seja feito naquele piso qualquer melhoramento. Tem conhecimento que a Câmara Municipal fez um pedido de parecer à respetiva Junta de Freguesia, sobre a natureza privada ou pública do caminho na Cumieira, sem que houvesse qualquer resposta. Tem feito intervenções nas reuniões da Câmara e Assembleia Municipal e não tem recebido qualquer resposta nem escrita nem verbal. Pretende, assim, que lhe digam nesta sessão, onde também está presente o Presidente da Junta de Freguesia, o porquê da não pavimentação daquela Travessa na qual se torna, quase impossível, o acesso de carro ou, ainda mais grave, o acesso de uma ambulância. ----------

- António Arrobas, Codal - União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho: ----------

Disse intervir em nome de muitos codalenses, dos residentes de uma faixa existente entre Vale Pereiras, do Passal, passando pelo Picão, até Vila Chã, sendo o objetivo que se ouça a voz desta população perante os órgão autárquicos, dando conta daquilo que não se quer e do que se julga ser o melhor para esses residentes. ----------

Querem dizer não à implantação de novas unidades industriais e/ou armazéns nas zonas das assinaladas na proposta da revisão do PDM, como UOPG 7 e 8, mesmo que essas propostas se apresentem inofensivas para o ambiente e para a natureza. Dizer não ao prolongamento para sul da Zona Industrial de Vale Pereiras. Dizer sim a um estudo a cargo da autarquia, conducente à facilitação da construção de habitação própria permanente nas citadas UOPG, bem como na zona baixa de Teamonde. Dizer sim a uma iniciativa da autarquia no sentido de ressuscitar o Rio Trancoso, que hoje não é mais do que um esgoto a céu aberto. O mundo está envolvido no combate à poluição, pelo que não compreende a

razão da nada se fazer quanto à situação do rio Trancoso, perguntando se o problema era assim tão grande que não podia ser resolvido em defesa de um futuro mais sustentável para as gerações vindouras. ----------

Disse que Codal tem sido um local mártir tendo em conta a densidade geográfica e a densidade da indústria, ficando mais uma vez prejudicada pela ação do Homem, dado que nesta zona de excelência para habitação, se prevê a breve prazo, que os terrenos estejam controlados por especuladores que inflacionaram os preços, perderam a noção da razoabilidade e da ética dos negócios. Daí a pergunta: qual a razão dos especuladores oferecerem aos proprietários dos terrenos que agora se situam em zonas rurais e agrícolas, valores muito acima do seu valor real? Deduz que, os especuladores ou têm muito dinheiro para propor esses negócios ou alguém lhes deu cobertura para fazer este tipo de proposta. ---

Aceitou estar a falar nesta Assembleia por ter interesse na defesa do bem-estar e da qualidade de vida das populações e de entregar aos descendentes um caminho para uma vida melhor. ----------

Disse discordar da afirmação de que as indústrias estão a dar de comer às pessoas, considerando que sem as pessoas é que elas não sobrevivem, e se deve ter sempre e em todas as situações, seja no PDM ou noutras, primeiro as pessoas. ----------

- **Ausentou-se o Sr. Presidente da Câmara Municipal, delegando a representação da Câmara Municipal no Sr. Vice-Presidente, António Alberto Gomes.** ----------

- José Pedro Vieira de Almeida, Lordelo - União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho: ----------

Agradeceu a oportunidade de poder falar das suas preocupações e reivindicações sobre o que é, o instrumento estratégico e único do desenvolvimento nos próximos doze anos de Vale de Cambra, sendo, em sua opinião, um documento

que exige que o Sr. Presidente da Câmara Municipal não remeta somente para a apresentação técnica, mas que diga qual é a sua visão de futuro, objetivos para este período de tempo, respetivas correlações e qual a estratégia que tem para o seu desenvolvimento. ----------

Sobre o prazo para a discussão pública do PDM, solicita que seja acolhida a proposta do PS, de prorrogação do prazo da consulta pública, tendo em conta que ainda existem muitos contribuintes que não tiveram conhecimento desta proposta, inclusive emigrantes que vêm passar férias a Portugal no mês de agosto, que têm propriedades e podem ficar surpreendidos quanto à nova classificação destes. ----------

Sobre os denominados Aglomerados Rurais e Aglomerados Urbanos, solos rurais e solos urbanos, quis deixar um esclarecimento sobre a legislação que classifica o solo como rústico e urbano e dentro do urbano, a classe Espaços Urbanos de Baixa Densidade. No interior do concelho a maioria dos solos estão classificados como rústicos e dentro dessa classificação há a qualificação de Aglomerados rurais onde não se pode fazer loteamentos nem destaques de parcelas, havendo, em alternativa a classificação como aglomerados rurais, que são os espaços urbanos de baixa densidade, disposição sobre a qual nenhuma instituição se possa sobrepor. ----------

Apelou que se faça uma reclassificação do solo de acordo com o que a lei estabelece, pois não interessa à população, saber quais os procedimentos inerentes à elaboração do PDM, interessando sim, os objetivos e como se transpõem estes objetivos para as propostas que constam na Carta de Ordenamento do PDM, qual a correlação das propostas com os objetivos. ----------

Concorda com o que foi dito sobre a zona de Codal, nomeadamente sobre a zona Industrial ao ponto de não perceber como uma área que tem um jardim de infância, está classificada no mapa de ruído como uma área sensível, equivalente

a um hospital, se permite classificar o solo, que neste momento é florestal e urbano, em área de atividades económicas, encostada ao muro da escola havendo do outro lado um aglomerado urbano, pretendendo um melhor esclarecimento. ----------

Estando Oliveira de Azeméis em idêntico processo de revisão do PDM, sabendo que a ligação de Vale de Cambra ao nó da A32 tem de ter a cooperação daquele concelho, por não ter território confrontante que possibilite a ligação, perguntou se já existem conversações porque, se O.ª de Azeméis não prevê a ligação no seu PDM, Vale de Cambra também não o pode fazer. ----------

Acrescentou que o município de Arouca também fez a sua revisão do PDM, ouviu a sua população, incorporando várias sugestões na sua proposta que voltou a ficar em consulta pública, esperando que o mesmo aconteça nesta revisão do Plano Diretor Municipal, e que a população sinta que vale a pena ter vindo e ter falado, pedindo a quem tem a responsabilidade pela decisão, que é o Sr. Presidente da Câmara Municipal, para rever a proposta, melhorando-a para o bem de Vale de Cambra. ----------

- Alírio Henrique Sousa Tavares, Gatão, Cepelos: ----------

Disse não entender a razão de cerca de 80% da rede de saneamento do lugar de Gatão estar pronta a funcionar (há cerca de 20 anos) e continuar inativa, e verificar-se como existente a infraestrutura designada como Estação de Bombagem ou Estação de Tratamento de Águas Residuais, não existindo. Face a isso, pergunta que fiabilidade tem o presente documento, para o qual não foi verificada *in loco* o estado de conservação dessas infraestruturas, perguntando quando vai ser feita a restante rede que falta e a respetiva ligação à Estação de Tratamento de Águas Residuais a construir. ----------

Disse não entender ainda, a classificação do solo respeitante a dois mil e quinhentos metros quadrados em zona de produção florestal, que foi enquadrada

num Aglomerado Rural onde poderá haver um risco acrescido em termos de eventual incêndio. ----------

- Albano de Oliveira Braga, Cumieira, União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho: ----------

Disse ser solidário com a intervenção do seu conterrâneo Sr. Soares e também com a do Dr. Pedro Almeida, por ter alertado para a situação do Jardim de Infância ao qual querem encostar uma indústria, zona onde disse haver caminhos públicos, caminhos utilizados pelos moradores aí existentes, que não vão querer certamente qualquer indústria nesse local, querendo saber a opinião do Sr. Presidente da Câmara Municipal e do Sr. Presidente da Junta de Freguesia, sobre esta questão. ----------

Acerca das UOPG 7, 8 e 13, deixou o comentário relativamente à explicação dada pelo Sr. Dr. Armando Ribeiro quando este referiu que as UOPG, em primeiro, resultaram do pedido da população, em segundo, por razões económicas e em terceiro por proximidade de pontos. ----------

Sobre a retirada de estradas e vias de acesso entre lugares e freguesias, disse ter um documento (Registo de constituição de uma empresa), que entregou à Mesa, líderes de bancada e ao executivo, pelo qual deduziu qual ou uma das razões da anulação de uma estrada que existia no anterior PDM. Afirmou que é o poder político, são os técnicos e as pessoas que desenham o Plano Diretor Municipal e não as tais vinte e duas entidades que intervêm. Por isso, não pode deixar de falar da estrada que desapareceu, que estava no anterior PDM, prevista pelo Presidente da Câmara, Dr. António Fonseca, considerada uma via estruturante, uma via de ligação da rotunda de Macinhata aos Salqueirinhos, a qual iria tirar muito trânsito do centro da cidade e que, neste PDM, verificou estar nesse local, o terreno classificado como rústico e urbano, sabendo que foi comprado por uma empresa constituída em 2020, da qual faz parte o Sr. Dr. Armando Ribeiro. Disse

que para poder expor o caso, fez alguma investigação junto dos proprietários dos terrenos circundantes à via, sabendo que nada lhes foi comunicado, não sabendo estes nada relativamente à supressão da via. Face ao exposto, perguntou ao Sr. Presidente da Assembleia e ao Sr. Presidente da Câmara Municipal se o Sr. Dr. Armando Ribeiro tem condições para estar à frente do processo de revisão do PDM, tendo em consideração o conflito de interesses existente. ----------

Disse existir esta situação de compra de terreno afeto a uma via e a sua classificação alterada no novo PDM e, por outro lado, existem pessoas que pedem a alteração da classificação dos seus terrenos e não conseguem vê-los urbanos, possibilitando a construção por filhos ou familiares, considerando haver decisões políticas e técnicas que não podiam acontecer. ----------

Sugeriu que em Codal, em vez de indústria, se fizessem moradias porque há falta de habitação, pois assim, o investidor ganharia na mesma o investimento feito.

-----**Ausentou-se definitivamente a deputada municipal, Sónia Isabel Vide Sá.**

- Manuel Augusto Almeida, Porto Novo, Macieira de Cambra. ----------

Disse ser dono de uma casa em Porto Novo e no PDM em vigor o solo ainda está classificado como núcleo rural de 1ª ordem admitindo construção de novo edificado e novas obras. Naquele local existe um artigo urbano com cerca de quatro mil metros quadrados, que tem uma casa que pretende reconstruir para habitação, estando classificados no próximo PDM de espaço florestal de produção, não sendo permitidas novas obras. Pergunta assim, qual a razão deste espaço não ser classificado de aglomerado rural ou área urbana de baixa densidade e porque foram excluídas quatro habitações da Rua da Devesa e da Rua do Cabeço do Aglomerado Rural de Porto Novo. ----------

Sobre a classificação dos solos e a variação da perigosidade de incêndios, perguntou de que forma este PDM avalia as circunstâncias, tendo em conta a

caraterização dos terrenos que podem propiciar a perigosidade advinda de incêndios, que podem colocar em perigo todo o lugar de Porto Novo. ----------

O Sr. Presidente da Câmara Municipal regressou à sessão, assumindo a representação da Câmara Municipal.----------

- Rui Relvas de Almeida Guerra, Rua Portal Velho, Macieira de Cambra:

Disse ter um terreno de construção, frisando ser o único que tem, sito na rua à entrada do lugar de Passos que nesta revisão do PDM, deixou de existir nessa classificação, querendo saber a razão dessa condição ter desaparecido.----------

- Jorge Miguel da Costa Cubal, Praça da República, Macieira de Cambra:------

Referindo-se às freguesias de Macieira de Cambra e a Cepelos, onde assistiu à apresentação do PDM, disse serem gerais as queixas sobre o documento, onde verifica muitas incoerências, parecendo-lhe aleatória a escolha dos espaços agrícolas, apesar de nele ter de se cumprir a legislação. ----------

Disse ter em andamento um projeto para construir em Cepelos e pergunta se a Câmara Municipal vai dar parecer positivo aos projetos semelhantes. ----------

Ausentaram-se definitivamente, os deputados municipais, Manuel Domingos Almeida e Francisco Jorge Sousa. ----------

– Carlos Firmino Nadais dos Reis, Rua de St.º António, Vila Chã - União das Freguesias: ----------

Pretende apenas manifestar-se sobre as cérceas previstas para as Rua do Século XXI e Rua do Emigrante, designados como eixos principais e daí a cércea, quando em sua opinião a Rua da Granja, é a de maior movimento e devia também ser considerada um eixo principal. ----------

- António Jorge Costa de Almeida, Rua Vasco da Gama - Vila Chã, União das Freguesias: ----------

Disse ser proprietário de um terreno de construção em Macieira de Cambra que confronta com a Rua de Porto Novo e uma rua sem saída, a de entrada na quinta

Anna Horvath, verificando que parte deste, uma faixa, passou para zona florestal, o que possivelmente não lhe permitirá a construção de um anexo, tendo feito vários pedidos à Câmara Municipal para que, o terreno, tendo infraestruturas, confrontando com ruas, sendo ladeado por zona de construção, passasse na totalidade para urbano, sem ficar aquela área sobrante. Acrescentou que tem uma viabilidade de construção aprovada para o local, mas se um dia quiser construir um anexo para guardar lenha, não o poderá fazer nessa faixa de terreno. ----------

Falando em nome da SISTOP, disse ter cedido uma faixa com 16m a confrontar com a via pública para a construção/alargamento de uma via, e como foi ali dito, que não se vão desenhar ruas que depois não se fazem, essa rua também não se irá fazer pois vai dar a um pavilhão existente que não consta da planta da revisão do PDM, apesar de lá existir. Pretende saber como fica a situação, tendo em conta a não execução da via, pergunta que tem feito à Câmara Municipal à qual lhe dizem que deve aguardar a aprovação do PDM. ----------

-Armando Pina, Rôge: ----------

Não fazendo uma pergunta em concreto, fez várias considerações sobre as projeções quanto ao preço por metro quadrado de construção e por freguesia, sobre o número de reclamações feitas por freguesia onde foi feita a apresentação do PDM e sobre qual o procedimento para a classificação do terreno rural em urbano. ----------

O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Dr. Armando Ribeiro: ----------

No uso da palavra, começou por responder ao Prof. Albano Braga, por este ter colocado em questão a sua pessoa enquanto técnico responsável pelo Plano Diretor Municipal, dizendo-lhe que deve haver "seriedade e cuidado com os telhados de vidro". Sobre a questão, disse ter formado uma empresa para a compra de um terreno após ter sido proposto à Câmara Municipal pelo então proprietário, a venda desse terreno porque há 30 anos que este estava no PDM

afeto à passagem de uma via e nada ainda tinha sido feito. Como existe uma prerrogativa na lei pela qual a Câmara Municipal tem de adquirir os terrenos classificados para equipamento ou tem de retirá-lo dessa condição, por ordem da Câmara Municipal, o terreno foi retirado da área de equipamento, conforme registo passível de consulta, ficando neste PDM como artigo rústico e artigo urbano. Referiu ter sido feito o pagamento de ambos os artigos ao custo real tendo em conta a tipologia, para que, na situação de reforma prevista para breve, possa construir e se possa mudar para Vale de Cambra, sendo esse um direito que tem, independentemente da posição que ocupa na Câmara Municipal. Informou ainda o munícipe que já tinha escritura marcada para a dissolução da empresa por aquele referida, nada mais tendo a acrescentar sobre a questão. -----

Sobre a UOPG 7 e 8, informou que desde 2018 tem sido feita a participação preventiva, havendo inclusive uma sugestão do Sr. Albano Braga para a criação de áreas industriais como aquela que agora vem dizer que fica ao lado de uma população, conforme documento que entregou à Mesa, líderes das Bancadas e Câmara Municipal. ----------

Sobre os terrenos anteriormente área de construção onde foi alterada essa condição, disse que serão ponderadas todas as situações que resultarem da discussão pública, tanto apresentadas individualmente ou como abaixo assinado, bem como, as apontadas nas sessões realizadas nas Juntas de Freguesia. --------

Quanto ao comentário sobre o enquadramento legal, feito pelo Dr. Pedro Almeida, referiu que os municípios que optaram por fazer as revisões do PDM sob a perspetiva de Espaços Urbanos de Baixa Densidade ainda não foram aprovados. Mais disse que todas as correlações entre eixos, objetivos, medidas e ações constam no Relatório, apesar de não mencionadas na exposição do assunto, agora realizada. ----------

Sobre o projeto de ligação ao Nó da A32, disse haver um diálogo com a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis desde 2018, constando a proposta em ambos os PDM em vigor, sendo dada sempre a resposta de que esta não considera ser uma obra de prioridade imediata. ----------

Sobre as redes de água e saneamento que ainda não se encontram em funcionamento, disse terem sido privilegiados neste PDM projetos de água e saneamento, como nunca noutro se fez, havendo uma base de dados que serviu de suporte a todo o trabalho realizado e agora apresentado. ----------

Sobre a classificação dos terrenos e a correlação com as condições propícias à proliferação de incêndio, será comunicada a exposição feita ao Gabinete Florestal, para que tenha em conta esse contributo nos dados que forneceu.--------

Sobre as cérceas, concorda que a Rua da Granja é a mais movimentada, mas devem ser as ruas melhor dimensionadas em termos de passeios, como a Rua do Séc. XXI e a Rua do Emigrante, a ter a cércea de RC+4, e não a Rua da Granja.--

Sobre a questão da cedência de terreno pela SISTOP, disse que este foi cedido no âmbito de um licenciamento, para um arruamento que estava previsto no Plano Diretor Municipal. Este terreno cedido, nesta nova proposta de PDM, já não fica afeto a esse arruamento, fica classificado como área de indústria e armazém para que a Câmara Municipal, agora proprietária, o possa analisar e decidir o que fazer, posteriormente à aprovação deste PDM. ----------

Sobre a questão da Travessa da Cumieira, no uso da palavra, o Sr. Presidente da Câmara Municipal diz lembrar-se da questão, que dura há pelo menos 20 anos, ainda ele era Presidente da Junta de Freguesia de Codal, tendo presenciado na altura, o Presidente da Junta de Freguesia de Vila Chã, Sr. Vítor Tavares, numa tentativa de pavimentar aquele troço, tendo sido impedido por um familiar do Sr. Soares, que alegava que aquele acesso era caminho privado que

servia as casas construídas por seus familiares, não deixando avançar qualquer máquina de pavimentação. ----------

O Sr. Presidente da Mesa, referindo que a sessão decorre de modo a possibilitar a intervenção de todos, vai permitir o uso da palavra por quem a peça, pelo que, iria dar novamente a palavra ao público: ----------

- Albano Braga, no uso da palavra, pretende responder ao referido pelo Sr. Dr. Armando Ribeiro quando referiu haver "telhados de vidro" dizendo-lhe que o terreno para o qual, em tempos fez aquela proposta, foi adquirido há mais de 25 anos para implementar um projeto agrícola. Como até 2018 ainda nada tinha sido concretizado, fez uma proposta à Câmara Municipal, não vendo nisso qualquer "pecado", referiu, sendo certo que todos podem mudar de opinião, estando agora solidário com o movimento das pessoas de Codal. ----------

Disse ser dono desse terreno em Codal, onde passa diariamente bastante tempo, classificado como área de construção; com a revisão em discussão, uma percentagem dessa área, deixa de o ser. Contudo, apesar da classificação como urbano valorizar o terreno, não se importa porque mantém o projeto para a implementação de cultura biológica nessa área. ----------

- Humberto Soares, no uso da palavra, referiu que tanto o Sr. Presidente da Câmara Municipal, como o Sr. Presidente da Junta de Freguesia sabem que o Caminho/Travessa da Cumieira é público, nada tendo a ver com problemas familiares existentes. Se é público, as autoridades têm de tomar a iniciativa de pavimentar o caminho.----------

- Pedro Almeida, no uso da palavra, sobre a questão da faixa de terreno cedida pela SISTOP para a via pública, quis deixar a nota de que, não se tendo efetivado a construção da via, o requerente teria o direito à devolução do terreno sem qualquer custo, por não ter ocorrido o motivo da sua cedência.----------

Sobre a revisão do PDM, verificou na Carta de Ordenamento que existiam edifícios públicos, como Centro Cívico de Vila Chã, Centro Social de Arões e Centro Social de Junqueira, classificados em Aglomerado Rural e não como Equipamentos, classificação dada ao edifício da Creche que se encontra em Vila Chã, ao lado ao Centro Cívico. ----------

No uso da palavra, o Sr. Presidente referiu já ter respondido à questão do Sr. Humberto, conhecer o caminho identificado como caminho de servidão, não ter conhecimento se existe alguma disposição jurídica sobre o assunto, que lhe parece ser de ordem familiar, e por isso, a Câmara Municipal não pode intervir, apesar de ter ligações de água e luz, direito que assiste a todos, tal como um acesso pavimentado, o qual seria de inteira justiça, mas, havendo dúvidas que já vêm de longa data, nada pode fazer. ----------

Pedindo a palavra, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia, Manuel Campos, fez um esclarecimento sobre o caminho/Travessa da Cumieira, dizendo que o caminho em questão foi aberto para que os cunhados do Sr. Humberto pudessem construir as respetivas casas e a estas pudessem ter acesso. Acrescentou que o referido pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal foi bem dito e que tanto a Câmara Municipal como a Junta de Freguesia não podem entrar numa propriedade da qual não tem documentos que demonstrem que é pública. Quando houver um documento assinado pelos proprietários do terreno, em como esse terreno de acesso é público, aí terá razão para exigir a respetiva pavimentação. ----------

Pedindo a palavra, o Sr. Dr. Armando Ribeiro, quis deixar um esclarecimento relativamente à classificação dos edifícios públicos que efetivamente são Equipamento e estão inseridos em Aglomerado Rural, dizendo ter sido uma opção da Câmara Municipal, a conselho da CCDRN porque, classificando estas infraestruturas em Aglomerado Rural, como por exemplo a antiga Escola de

Pintalhos, conseguia-se alterar o edificado para outra utilização, o que somente poderá ser feito se esta edificação se encontrar em Aglomerado Rural, podendo, assim, estes edifícios serem também classificados como equipamento ou como habitação, daí a razão destes edifícios terem sido englobados em Aglomerado Rural, não deixando de ser Equipamento. ----------

Dr. Miguel disse que findas as intervenções do Público e as explicações, se dava início à intervenção dos deputados municipais: ----------

- José Hermínio Fernandes, cumprimentou os presentes: ----------

Disse compreender a estratégia dos Aglomerados Urbanos e Rurais, mas não compreende a falta de continuidade entre as habitações já existentes. Concorda que as aldeias não possam aumentar de dimensão, quer para norte quer para sul, quer para oeste quer para leste. ----------

Disse que deveria ser ponderada a questão da volumetria, pois sabendo as pessoas, que determinada casa iria cair, mais dia menos dia, mais ano menos ano, não podendo aumentar a sua volumetria, não iriam gastar dinheiro. Para que as aldeias tivessem uma habitação mais barata, devia ser aumentado o coeficiente de construção. ----------

- José Soares de Almeida, cumprimentou os presentes.----------

Disse ser uma sessão de esclarecimentos, conforme interpretou o assunto constante da Ordem de Trabalhos tal como todos os colegas de bancada, e presenciou alguns discursos políticos com os quais não contava. Falou-se em ensino superior que não teve sucesso, mas sabe que Vale de Cambra foi escolhida para cursos de pós-graduação, coisa rara, que não funcionou porque não teve alunos. ----------

Sobre o assunto em debate, em sua opinião, neste Plano Diretor Municipal existe alguma liberdade, mas também muitas restrições, tal como existem a nível regional e nacional, pois tem lido nos meios de comunicação que existe muita

contestação por parte dos munícipes que veem as suas propriedades afetadas e condicionados nos usos dos seus terrenos em parte devido à legislação nacional. Seja qual for a decisão a tomar pela Assembleia Municipal terá de ser numa perspetiva macro, global, apesar das vontades dos munícipes, das suas intervenções e participações que são registadas e que, ao serem pertinentes, podem ser contempladas neste PDM. ----------

Na sua perspetiva, o PDM prevê o crescimento do concelho e seria bom que esse crescimento fosse acompanhado de desenvolvimento, não privilegiando áreas, sendo repartido tanto na zona rural como na zona urbana. ----------

Outra questão que se verifica, é a da ameaça de um envelhecimento gradual do concelho, aproximando-se a percentagem, a 1/3 de população, isto significando que os projetos das IPSS, que tem como objetivo o acolhimento de pessoas idosas, sejam mais, ou seja, existam novos projetos ou sejam ampliados os que já existem. ----------

- João Carvalho da Silva: ----------

Respondendo às palavras do deputado municipal José Soares, disse que numa sessão da Assembleia Municipal se faz política, seja extraordinária ou não. --------

Disse ter começado a sua intervenção, que interrompeu para que o público pudesse fazer as suas intervenções, continuando agora as suas considerações sobre o tema em causa dizendo que, a intervenção do Sr. Presidente da Câmara sobre o PDM foi somente objetiva e clara, afirmando que quer ver as suas perguntas respondidas e quer saber a sua opinião política em relação às UOPG, por ser esta uma questão de estratégia, podendo este responder nesta ou na próxima sessão, para que as pessoas descansem quanto à ameaça de ver construída ao lado de sua casa, uma empresa, zona industrial e possam sentir que são ouvidas pelos órgãos políticos e que estes pensam nas pessoas.----------

Em relação aos 1500m2, ou mais alguns metros, destinados à construção de habitação a custos controlados, diz achar pouco, porque o município tem de ter uma ambição arrojada sendo preciso essa oferta mais baixa para haver uma abaixamento dos preços na generalidade, para também regular o mercado imobiliário. ----------

Registou que foi falada ainda a criação de uma empresa pelo Dr. Armando Ribeiro, e um terreno comprado, que não percebeu, dizendo não discutir questões particulares, exceto se acontecerem no exercício das funções como vereador ou posição do género. Como não conhecia a questão, disse, pretende primeiro analisar o que está em causa e como não é jurista nem engenheiro civil nem diretor do Plano Diretor Municipal, vai ter de se esclarecer e havendo algo ilegal sobre que falar, falará. ----------

O próximo mês de setembro é importante e, apesar de gostar de ter sido ele a apresentar a proposta de renovação do prazo de consulta pública, hoje, nesta sala, tem a prova de que é importante aumentar esse prazo da discussão pública para as pessoas consultarem e pedirem o que necessitam para os seus terrenos, acabando por ser pouco, tendo em conta o tempo que demoraram a enviar um pedido de cópias do PDM, o mesmo dizendo do tempo que decorre desde o início do processo. ----------

A proposta foram 60 dias e até podiam ser mais, estando disponível para ir com o Sr. Presidente da Câmara Municipal a todos os locais do concelho, com o Sr. Dr. Armando para que todos os valecambrenses sejam esclarecidos e acima de tudo para que todos os valecambrenses possam ver os seus problemas resolvidos.-----

- José Augusto Ferreira, cumprimentou os presentes.----------

Disse já ter assistido a várias sessões de esclarecimento sobre este documento, importantíssimo para os próximos 12 anos de Vale de Cambra, pretendendo fazer

algumas considerações, tanto na qualidade de deputado municipal, como cidadão e como residente numa zona rural. ----------

Afirmou que o concelho de Vale de Cambra tem de ser visto por igual, tanto pelo seu lado urbano como pelo seu lado rural. Há algum tempo apareceu a ADRIMAG e só Arões estava abrangida na sua área de intervenção, o que se veio mais tarde a alterar, e ainda bem, pois só assim pôde o restante concelho usufruir dos serviços e projetos promovidos por esta entidade, tendo após essa mudança, crescido exponencialmente, o que foi bom para todos e não só para as zonas rurais que sentiram o desenvolvimento inicialmente previsto. ----------

Disse ter assistido a vários debates sobre o PDM, inclusive noutros mandatos, onde os todos puderam participar, dar sugestões, ideias, de acordo com o que achavam pertinente e, sendo o território rural diferente do urbano, pois enquanto a zona urbana é limitada pela Travessa, pela Rua, pelo Lote, etc., quando se chega à zona rural, torna-se mais difícil definir as zonas, quais os espaços públicos e quais os espaços privados, dúvidas que devem ser bem esclarecidas neste PDM, principalmente nas aldeias, quanto aos seus caminhos que de repente deixam de o ser, implicando a impossibilidade de construir. ----------

Referiu-se à falta de infraestruturas sociais no interior e zona alta do concelho, nas zonas rurais, à falta de pessoas, também ao facto de ter deixado de haver casas, de haver escolas e quase não haver pessoas, devendo por isso, o aspeto social, entre outros, serem bem equacionados neste PDM. ----------

Como qualquer um podia fazer uma proposta para uma UOPG, pretende saber que tipos de custos existem para a criação destas zonas.----------

Sobre a afetação das antigas escolas primárias à estratégia local de habitação, disse não concordar com a decisão tomada, por estas serem património da sociedade, devendo ser afetas a uso público. ----------

- Ana Raquel Pinheiro: ----------

Tal como referiu na sua intervenção inicial, disse ter um conjunto de questões de cariz mais político, relativas aos vários eixos estratégicos: ----------

- quanto à água e ao saneamento, perguntou quais os planos específicos para melhorar a qualidade da água fornecida nas freguesias mais afetadas, e se existem projetos piloto em curso ou previstos para testar novas soluções de abastecimento de água e saneamento nas áreas remotas; ----------

- quanto ao eixo da floresta e da agricultura, perguntou de que forma prevê este PDM o reforço e alargamento de corta fogos para permitir um acesso rápido em situações de emergência;----------

- perguntou se estava prevista a criação de reservatórios de água por todo o concelho para facilitar o apoio em caso de incêndios;----------

- perguntou para quando estava prevista a criação de uma rede de recolha de detritos e sobrantes da floresta, disponível para toda a população;----------

- dado o reconhecimento das fragilidades na rede viária, quais as intervenções prioritárias previstas nos próximos anos e como se planeia financiar a criação das novas variantes norte e sul, bem como a ligação à A32; ----------

- quanto ao eixo do turismo, perguntou se existem parcerias em curso ou previstas com entidades privadas para o desenvolvimento turístico e que medidas estão a ser implementadas para promover o turismo rural e sustentável nas aldeias do concelho; ----------

-quanto às IPSS perguntou se existem estratégias para identificar e reabilitar antigos parques escolares para uso social e comunitário e de que forma está a Câmara Municipal a colaborar com as IPSS, para atender melhor às necessidades da população mais vulnerável;----------

- quanto à demografia, além da redução do IMI, perguntou quais são as políticas específicas previstas para incentivar a fixação dos jovens casais e famílias em Vale de Cambra, e de que forma está a Câmara Municipal a promover a

revitalização das áreas rurais para combater a desertificação e a migração para as áreas urbanas; ----------

- quanto às zonas industriais, perguntou quais são os projetos prioritários para a expansão e melhoria das zonas industriais existentes e como está a ser abordada a questão ambiental nas zonas industriais para minimizar o impacto ecológico.-----

- Ana Rita Martins: ----------

Deixou a nota de que este processo da revisão do PDM, cuja apresentação já tinha presenciado em Codal e que estava a ser apresentado mais uma vez, teria de ficar aprovado até ao final do presente ano. ----------

De seguida, tendo em conta a intervenção feita pelo deputado municipal José Soares Almeida, disse ter sido uma das candidatas à pós graduação que a Escola Tecnológica tinha em parceria com o ISEP, tendo numa segunda tentativa, efetuado a matrícula, pago 1930€, nada barata, tendo-se em conta que a pós graduação era de alguns meses. Mais uma vez a pós graduação não abriu pretendendo dizer, ao contar a sua história, que se tem de perceber a razão de não haver alunos, dizendo que a pós -graduação por si escolhida, "Gestão de Processos e Operações", era uma formação muito válida na área industrial, mas talvez devesse ter havido mais divulgação. ----------

Ao Sr. Dr. Armando Ribeiro respondeu que a revisão já decorre há bastante tempo, o suficiente para que se fizesse o que se fez nestes últimos dias, dar a conhecer às pessoas estas decisões que são estruturantes que não consegue fazer até ao final da Consulta Pública. ----------

- Manuel Correia de Campos: ----------

Agradeceu à população da freguesia de Codal por se ter manifestado sobre certas questões constantes da revisão do PDM, sabendo que muitos dos que intervieram nesta sessão, o fizeram a pedido de moradores que não estão presentes, porque não quiseram eles próprios pedir, não quiseram dar a cara. -----

Sobre o PDM, disse que esta é uma sessão onde se procura argumentar para que seja alterado, mas acredita que existem freguesias que daqui a 10 anos não têm ninguém, uma vez que se quer concentrar a indústria toda onde tem cinco vezes mais a população, representando 95%, entre o comércio e a indústria, sendo necessário que hajam outras zonas noutras freguesias, como S. Pedro de Castelões e Cepelos. Deu a exemplo, Dornelas, que se encontra a 2km do Arestal e tem grandes indústrias, tendo acessos bons a Aveiro, Espanha, etc. ----------

Sabe que as empresas têm de crescer, apoiando esse crescimento, mas diz "não assassinem" o que Vale de Cambra tem logo ali à frente, entre o Bairro do Barreiro e Vila Chã, por ter uma nascente que tem peixes e peçam uma análise da água e podem ver que é boa, porque a água não cheira mal ao contrário dos rios onde a água está toda contaminada, porque tudo faz poluição. ----------

Disse existirem indústrias que fazem despejos de óleo para o saneamento e que assim, não se pode ter um concelho bom. Devia haver um bom plano para o ambiente, que proteja a "nossa" saúde, a saúde dos jovens que daqui a dez, vinte anos, vão sofrer com a implementação de toda a indústria no mesmo local, pois daqui a nada todos têm de andar de máscara, como na China. Faz, por isso, um apelo para que atendam às pessoas que vivem no local e verifiquem todos os espaços do Plano Direto Municipal, porque não se pode fazer a vontade de A, B ou C, mas sim, ouvir a população.----------

Disse haver falta de mão de obra porque não são dadas condições aos jovens que depois procuram ir para o estrangeiro. Defende sobretudo a população das três freguesias que o escolheram, mas não deixa de ser a favor de que todos os valecambrenses vivam bem. ----------

O Sr. Presidente da Mesa, Dr. Miguel Paiva, tendo em atenção o modo informal como se encontra a desenrolar a presente sessão, disse pretender avocar para si a possibilidade de partilhar algumas dúvidas sobre a matéria, dizendo que, apesar

de não ser usual da sua parte, não ficaria tranquilo se não o fizesse, pelo que se nenhum deputado municipal fosse contra, tomava da palavra, usando o púlpito para o efeito. ----------

Disse ser esta, uma matéria demasiado importante, que merece uma reflexão profunda, pretendendo deixar a sua opinião, à Câmara Municipal e ao Gabinete responsável pelo PDM, de que este é um documento feito para as pessoas, com o objetivo servir as pessoas, não só a nível do ambiente como noutras áreas, acreditando que o executivo está a fazer o melhor que pode e consegue, para que este seja um bom Plano, tendo, contudo,algumas dúvidas sobre o teor do mesmo. Grande parte das contrariedades existentes nesta proposta de documento, advêm das entidades externas e sabe que votará de acordo com a sua consciência, não aceitando entidades externas que não foram eleitas, dizer o que fazer no concelho só porque a lei manda, porque este é um plano para as pessoas e deve ser elaborado em função do interesse das pessoas, apesar de não se poder atender a todas as pretensões. ----------

O PDM assenta as suas propostas numa análise SWOT, onde realidades como "Diminuição e envelhecimento da população" e "Desertificação do Interior do concelho" são pontos fracos e ameaças tidas em conta, pelo que concorda que sejam necessárias mais zonas industriais, que seja criada riqueza, criado desenvolvimento, sendo as empresas um fator preponderante nessa estratégia.---

Do seu ponto de vista, apresenta-se uma proposta com um grande investimento em várias UOPG da iniciativa de particulares, cuja vontade nem sempre está de acordo com o interesse da comunidade, pois decidem em função dos seus objetivos pessoais, o que é legítimo, mas, esses interesses pessoais não se compadecem do interesse público que todos os ali presentes têm de defender e promover. ----------

Sobre a habitação e a mão de obra, ao potenciar as indústrias, preferencialmente com o alargamento das ZI que já existem, obviamente que não será benéfico e adequada a existência de uma indústria ao lado de uma escola, mas existem outras que podem ser alargadas, sendo necessário posteriormente, criar habitação criando condições para que os particulares possam construir as habitações, apesar das exceções e das condicionantes que têm de ser tidas em conta. ----------

Depois na Carta que define a passagem de três mil hectares para nove mil hectares de elevada perigosidade com restrições elevadíssimas e inultrapassáveis, disse que a ser assim, não se vai poder construir em lado nenhum, dado que o território de Vale de Cambra é "acidentado" o que tem de ser combatido, pois quem vê a Ribeira do Porto, vê que está tudo construído, servindo as construções para suportar o declive existente, questionando se aquela zona também não teria uma Carta de perigosidade semelhante. É preocupante verificar no mapa do concelho, o facto de quase só se poder construir no centro da cidade. Claro que assim, fala-se que existem incêndios e que os habitantes vão viver para concelhos vizinhos, apesar de haver zonas com algumas infraestruturas que permitem a construção. ----------

Outra questão que pensa não ter encontrado no documento, disse, foi o turismo, defendido como estratégico para o município, achando que as medidas do Plano de desenvolvimento estratégico não estão vertidas nesta revisão do PDM. Após um investimento de mais de quatro milhões de euros para o período de intervenção 24 35, são cerca de 50% investidos em duas medidas, Turismo Ativo no Rio Caima e Arranjo Paisagístico do Parque Urbano, achando que com o restante não se vai conseguir apostar na estratégia que efetivamente é o Turismo. O solo é em grande parte rústico, sendo caracterizado pelo seu destino maioritariamente agrícola, não permitindo a atual revisão, a construção de uma

pecuária, uma vacaria, um galinheiro, nem mesmo uma área habitacional, não sendo admissível que tenha de haver uma deslocação territorial para que sejam prestados cuidados numa exploração agrícola. ----------

Terminando, disse ser o presente documento, um instrumento fundamental na gestão do território e tem definidas as grandes linhas estratégicas de desenvolvimento, mas não entende que se tenha de fazer posteriormente, vinte e oito Planos e Estudos a elaborar nas áreas das atividades económicas, do turismo, do ambiente, da habitação, da reabilitação urbana. ----------

A questão das IPSS, conforme apresentou o deputado municipal, Dr. José Soares Almeida, é pertinente, sendo uma necessidade a ser atendida, representando, este plano, o esforço sério e empenhado da Câmara Municipal, do Gabinete, mas deve haver um melhoramento, apesar de não concordar com muito do que é imposto por quem não é do concelho. ----------

O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara: ----------

No uso da palavra, respondeu ao deputado municipal João Carvalho da Silva e relativamente às UOPG, que os abaixo-assinados, por princípio, quando são representativos da vontade da população, não vale a pena ir contra essa factualidade. ----------

Sobre o regular o mercado imobiliário através da construção a custos controlados, as Câmaras Municipais não têm isso por missão, sendo a habitação social importante para os casos sociais e para as pessoas que vivem com absoluta falta de condições nas suas casas, sendo esse o trabalho que a Câmara Municipal está a fazer e deve fazer. ----------

Quanto ao mercado imobiliário, será a lei da oferta e da procura que o regula, sendo preferível haver abundância de casas e aí sim, o mercado poderá baixar os preços. ----------

Em relação ao tema da coesão territorial, abordado pelo deputado municipal José Ferreira, afirmou que todo o executivo tem defendido e lutado pela coesão territorial, que deve ser um desígnio de quem está à frente de uma Junta de freguesia ou de uma Câmara Municipal, ou do Governo, e nesse sentido a Câmara Municipal tem feito investimentos no interior do concelho e tem procurado também fazer projetos para o interior do concelho.----------

Acrescentou que fará tudo o que estiver ao seu alcance para a defesa e a valorização dos territórios de baixa densidade, os territórios do interior, as freguesias do interior, porque elas são parte integrante do Município e são extraordinárias e as pessoas são fantásticas, fazendo tudo aquilo que está ao seu alcance, não se negando a esforços para tentar ajudar o interior do concelho.------

Quanto à questão da afetação das escolas à estratégia local de habitação, informou que foram somente aquelas que já estão há muitos anos abandonadas, sem qualquer utilidade, muitas delas sem janelas, com o telhado a cair, completamente desventradas, encontrando-se neste momento totalmente abandonadas e sem qualquer utilidade, sendo um destino justo, afetá-las à habitação. Por outro lado tenta-se alojar Valecambrenses, pessoas do concelho que merecem viver em condições dignas, alguns casos no interior do concelho, sendo mais do que justo serem reabilitadas, integradas na Estratégia Local de Habitação. ----------

Respondendo à deputada municipal Ana Raquel Pinheiro, quanto à qualidade da água, informou que neste momento, a qualidade da água é irrepreensível, estando a Câmara Municipal, nos últimos anos, a ser premiada com o selo de qualidade da água. Disse terem sido feitos variadíssimos investimentos na ampliação da rede, sendo isso algo que se pode comprovar, havendo mais casas com acesso a rede de água e a rede de saneamento, tendo aumentado muito a cobertura destas redes.----------

Quanto aos projetos piloto de distribuição da água, disse que a questão já não passa por projetos piloto, mas por fazer expansão da rede, por fazer projetos que permitam levar a água às populações, pois que, tudo o que são sistemas de água e saneamento estão mais que estudados e mais que inventados, achando que se consegue, com investimento, havendo dinheiro, fazer a expansão da rede. Acrescentou que, nesta matéria, o Governo anterior e mesmo o atual, não alteraram nada em relação à matéria e quase que ostracizam os Municípios à quase incapacidade de fazer investimentos nos setores predominantemente em baixa, em alguns casos em alta, sendo isso um problema acrescido para os Municípios, havendo necessidade do reforço de meios afetos às Câmaras para poderem fazer a expansão da rede, porque com o fim do POSEUR, estas estão com limitações para fazer expansão da rede e não é o valor que está afeto ao Portugal 20-30 que vai resolver o problema de qualquer dos Municípios que tem um défice de cobertura nas suas redes. ----------

Quanto à questão levantada sobre os reservatórios de água para incêndios, disse que Vale de Cambra tem provavelmente na região, uma das melhores redes de reservatórios de água para combate a incêndios, quer para os meios aéreos, quer também para os meios terrestres, que em muitas situações conseguem fazer esse abastecimento, achando que a questão não é preocupante para Vale de Cambra, além de que existe uma constante preocupação para que os tanques estejam operacionais, muito antes das ditas épocas dos fogos florestais, para que não existam falhas a esse nível. ----------

Quanto à questão dos sobrantes florestais, disse ser uma questão para a qual, efetivamente, ainda não há uma resposta, apesar da obrigatoriedade dos madeireiros cumprirem com a legislação sobre a matéria, sendo referido pela Chefe da DGFV, Vera Silva, de que não valia a pena criar um regulamento,

quando a legislação é muito clara e objetiva nessa matéria, sendo da GNR, a competência de fiscalização. ----------

Quanto às variantes norte e sul, aquelas que estavam previstas no PDM, perante todo o cenário que entretanto aqui se traçou, acha que terá de se pensar e repensar toda esta matéria, pois a expetativa de que, com a afetação dos terrenos à área industrial em Lordelo/ Codal, justificava a elaboração de pelo menos uma destas vias, à guisa da integração e desenvolvimento industrial, mas, não havendo essa possibilidade, além de não existir a possibilidade de se recorrer a financiamentos nesse sentido, o assunto complica-se para a Câmara Municipal, não querendo dizer que não haja uma solução. ----------

Sobre a ligação de acesso à A32, como referido pelo Sr. Dr. Armando, o assunto tem obrigatoriamente de ser partilhado entre a Câmara Municipal de Vale de Cambra e a de Oliveira de Azeméis, havendo um estudo que estava a ser feito da Associação de Municípios de Terras de Santa Maria, que também se estava a empenhar nesta questão, como também na elaboração do projeto da variante a Carregosa, que serviria a Zona Industrial do Rossio e também a parte de Arouca que confina com essa via, tendo o assunto de ser colocado a nível governamental, como já o foi em tempos. ----------

Em relação às IPSS, enquanto Presidente da Câmara Municipal, pode afirmar que têm sido parceiros muito próximos, muito ativos e muito empenhados, dando a Câmara Municipal, vários apoios, que tem vindo sempre a aumentar, a par de muitos projetos que são desenvolvidos no espírito da melhor cooperação.----------

No decorrer dos esclarecimentos no âmbito da presente revisão do PDM e, estando no uso da palavra, o Sr. Presidente da Câmara Municipal, foi-lhe pedida pelo Sr. Presidente da Mesa uma pequena interrupção, porque, tendo em conta que se aproximavam as 24h e, atendendo ao n.º 1, do artigo 13.º do

Regimento da Assembleia Municipal de Vale de Cambra, teria de ser feita votação para que a sessão se pudesse prolongar além desta hora. ----------

O Sr. Presidente da Mesa colocou à votação a continuação dos trabalhos da sessão para além das 24 horas. ----------

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidades dos 19 membros presentes, dar continuidade à sessão para além das 24 horas. ----------

O Sr. Presidente da Mesa concedeu novamente a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, para conclusão do assunto. ----------

Continuando no uso da palavra, sobre a intervenção feita pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, disse nada ter a dizer, contudo não pode deixar de comentar e concordar ser absolutamente absurdo aquilo que remete para esta enormidade de impedimentos em relação à instabilidade de vertentes, ao ponto de, se fosse aplicado o plano na Madeira, não se fazia uma única casa naquele território, opinião que já tinha inclusive transmitido à Equipa do PDM. Sobre a interpretação feita quanto ao Plano de Turismo não estar vertido no PDM, tem dúvidas, mas não a vai contestar. ----------

Sobre o "bater o pé" em algumas das posições, posições que "todos podemos tomar", corre-se o risco do PDM não ser aprovado, sendo este, um risco que teremos de correr, um risco considerável para o concelho, um risco em relação aos muitos investimentos que estão pendentes da aprovação do PDM, sendo que depois "todos temos que assumir" esse ónus de sermos "nós" próprios a obstaculizar o investimento e o desenvolvimento de Vale de Cambra. ----------

O SR. PRESIDENTE DA MESA deu por finda a análise e discussão do ponto 1. --

Durante a apresentação conforme referido, ausentaram-se da sessão, os deputados municipais Sónia Isabel Vide Almeida Rodrigues Sá, Manuel Domingos Fernandes de Almeida e Francisco Jorge Rodrigues de Sousa. ----------

Será cumprido o previsto no n.º 2 do artigo 39.º do Regimento da Assembleia Municipal, tendo em conta que se ausentaram da sessão num período superior a 30 minutos antes do seu termo. ----------

2. PROPOSTA DE PRORROGAÇÃO DO PERÍODO DE DISCUSSÃO PÚBLICA DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL – PDM: ----------

O Sr. Presidente da Mesa apresentou a proposta da bancada do Partido Socialista que foi lida pelo 1.º Secretário da Mesa. ----------

Finda a leitura, o Sr. Presidente da Mesa disse que a proposta foi feita na anterior sessão, tendo dado a palavra ao deputado Municipal José Hermínio Fernandes que informou que após reunião tida com as bancadas, chegaram a um consenso, reduzindo o período de nova consulta pública para somente 30 dias, que são úteis de acordo com a legislação. ----------

O deputado municipal José Soares Almeida disse estar de acordo com a proposta de nova discussão pública por mais 30 dias, por ser importante haver mais tempo para a auscultação da população, contudo, sem descuidar os riscos deste PDM ser aprovado sem qualquer prejuízo para o concelho.----------

No uso da palavra, João Carvalho da Silva disse achar que 60 dias são curtos, mas aceita, por ser importante haver mais esse prazo que dá a possibilidade de todos poderem esclarecer os seus problemas, apelando à divulgação desta deliberação e à disponibilidade completa por parte do Sr. Presidente da Equipa responsável. ----------

No uso da palavra, Ana Rita Martins, disse concordar com a redução da proposta para os 30 dias, para que tudo seja verificado e seja dado tempo para as pessoas, mesmo depois das férias, possam entregar os seus contributos. ----------

O Sr. Presidente da Mesa colocou o assunto à votação. ----------

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos 19 membros presentes, aprovar a proposta de prorrogação do período de discussão pública

da 2ª Revisão do Plano Diretor Municipal – PDM, em mais 30 dias, de acordo com a legislação aplicável, tendo em conta a proposta inicialmente apresentada e agendada, posteriormente consensualizada entre as bancadas dos partidos nesta representados, CDS, PS e PSD, quanto ao tempo da prorrogação, devendo a presente decisão ser oficialmente comunicada ao executivo, para os devidos efeitos. ----------

- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO de harmonia com o número 1 do artigo 49.º, do anexo I, da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e suas alterações. ----------

Face às caraterísticas peculiares dos assuntos da Ordem do Dia, a Mesa, na organização dos trabalhos da sessão, achou conveniente que a intervenção do público ocorresse no seguimento da apresentação feita, contudo ainda pediu para intervir o seguinte munícipe, a quem foi dada a palavra: ----------

-José Pedro Vieira Almeida, pediu a palavra somente para parabenizar o modelo de sessão de esclarecimentos, cujo objetivo, considera ter sido cumprido, parabenizando ainda, o Sr. Presidente da Mesa pela sua intervenção, feita na qualidade de deputado municipal, a qual considerou ser um contributo muito importante. ----------

- APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA DA SESSÃO: Aprovação do texto e respetivas minutas. ----------

A Assembleia Municipal, após votação separada, **deliberou, por unanimidade** dos dezanove membros presentes, aprovar, nos termos do n.º 4 do artigo 41.º do Regimento da AM, o texto das deliberações tomadas, aprovando-as, de igual modo, em minuta, para a produção de efeitos imediatos.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, com a presença no Salão Nobre de dezanove deputados municipais, deu por concluídos os trabalhos e encerrou a sessão pelas zero horas e vinte e cinco minutos do dia dezoito de julho corrente, da qual

se lavrou a presente ata que vai ser assinada por si e pelos Secretários da Mesa.----------

O Presidente _____

O 1º Secretário _____

2024.07.17